

Notas e Comentários

A Pessoa e o Mal

— A consciência de culpa —

1. Desde o homo sapiens que a Filosofia e a Teologia se ocuparam de tentar deslindar a essência e a origem do mal com que a humanidade sempre se confrontou como algo que envenena a vida pessoal e social. Mais modernamente, a Antropologia, a Psicologia e a Sociologia têm investido na mesma linha de investigação, usando cada uma destas ciências os respectivos métodos próprios.
Uma pista, que antecedeu e atravessou a Idade Média, centra-se na perspectiva de considerar o mal como a ausência do bem devido aos seres numa determinada circunstância. De facto, esta definição é englobante e racionalmente interessante; todavia, deixa-nos numa situação de insuficiente resposta para o concreto da vida, em que ora sofremos ora provocamos situações de deficiência, de mal físico, psíquico e ético. Na verdade, ora somos vítimas, ora somos causas do mal que invade a nossa existência e a dos outros.
2. Alguns autores como Nietzsche, Freud, Feuerbach, Marx, Sartre, etc., marcados e dominados pela ideologia materialista, tentaram dissolver a realidade do mal moral, negando a liberdade causal e respectiva responsabilidade ética. E, por via indirecta, devido à influência cultural, a mentalidade cristã tem sido atingida nos respectivos quadros mentais; até teólogos e os clérigos em geral se sentem descarnados, conscientes de que os esquemas tradicionais de pecado, redenção e reconciliação não entram facilmente na sensibilidade cultural envolvente.
De passagem, note-se que a Psicanálise também atribui o mal e a consciência culpabilizada a um estado mórbido da consciência humana, devido a inadequada informação e vivência negativa da experiência dos limites que nos atraíam larvadamente, com o conseqüente sentimento de culpabilidade. Também neste caso o mal aparece sem causalidade eficiente, mas antes como um desequilíbrio e um vazio difícil de assumir.
3. Mas fixando-nos, com atenção avaliativa, na experiência humana, objectivamente, damos-nos conta que o mal moral, o pecado é ine-

rente ao nosso ser, passa pela consciência de liberdade e responsabilidade. Atendendo à nossa evolução física, psicológica, social e moral, é claro que há uma nítida continuidade, embora marcada por certos momentos mais característicos que indicam o acesso a determinado estágio de evolução coerente, ainda que não perfeitamente homogénea na manifestação das aptidões. A aquisição de determinadas capacidades vai-se processando até conseguir o respectivo uso e consciência afirmativa, com critérios de selectividade valorizativa.

A auto-imagem também tem uma intervenção dinâmica na qualidade da avaliação, decisão e escolha.

4. Tratar de vícios ou pecados, é falar de categorias abstractas. De facto o que existe são os pecadores, melhor, pessoas que usam a liberdade de modo inadequado ou impertinente. É na orientação de vida, ou nas opções concretas, que se situam «vidas de pecado» ou «vidas com pecados». Todavia este julgamento e classificação não deve ser um à priori: há que conhecer a antropologia, a história, a fase de maturidade pessoal e respectivas circunstâncias envolventes. A pessoa é tanto mais capaz de virtude e de vício, quanto mais exercer a efectiva liberdade intelectual, afectiva e social.

E entendemos, aqui, por liberdade a capacidade actual, objectiva e subjectiva da pessoa se auto-determinar face aos objectos, aos bens particulares conhecidos. E por experiências pessoais e observadas temos consciência que a liberdade é uma complexa e lenta aquisição, com altos e baixos, com fases de intermitência de maior ou menor vigilância e exigência, assim como o apuramento no uso dos critérios de avaliação. E é claro que a ignorância crassa, a paixão, de adesão ou negação, o medo grave, o abuso de produtos tóxicos, a manipulação sistemática, baixam o nível da capacidade de exercer a liberdade.

5. Uma das aquisições da análise psicanalítica e da evolução do despertar e afirmação da consciência moral infantil, é que as imagens parentais, tendo uma função insubstituível no relacionamento com o meio ambiente, também condicionam e polarizam o despertar e afirmação da consciência ética.

Os Pais normais, e nomeadamente a Mãe, oferecem aos filhos pequenos, «gratuitamente», alimento, calor, paz e bem-estar e iniciam-nos num relacionamento sadio com o meio ambiente, fornecendo-lhes critérios de actuação.

Habitualmente a criança responde num duplo movimento ambivalente: adesão à protecção dos Pais, nomeadamente da Mãe, e revolta intensa contra os Pais que a «abandonam» na solidão afectiva, enquanto não respondem às suas necessidades físicas ou afectivas. Este comportamento absorvente pode levar a criança a uma atitude de frustração, expressa em choro aparentemente

birrento, mas que é de desespero, provocado pela consciência de incapacidade e de abandono por parte dos Pais protectores.

É possível que surja a imagem de «Pais maus», porque vive a frustração do amor de que necessita. A agressividade é a resposta espontânea. Mas desta experiência e comportamento poderá surgir certa angústia, devido ao receio de ser castigada por revolta contra os Pais e, especialmente a Mãe, que a alimenta e protege. Estes dois sentimentos antagónicos, relativamente às imagens da Mãe, desencadeiam o primeiro sentimento de culpabilidade. De facto a angústia experimentada converte-se em sentimento de culpa. E a frustração sofrida é interpretada pela criança como um castigo pela atitude tomada. Assim se organiza, inadequadamente, a consciência de culpa e castigo, que pode evoluir para uma forma de expressão patológica ao longo da vida, pelo menos parcialmente desintegrada.

6. Num segundo tempo poderá agravar-se a situação, devido à dificuldade de viver, integrar e superar o estado edipiano, entre os três e os cinco anos. Com vontade de imitação e identificação com o progenitor do mesmo sexo, entra em conflito com ele que também parece não lhe permitir disfrutar em exclusividade a afectividade do outro. Aqui surge confusamente o dilema: substituir o progenitor pela identificação (complexa de Édipo e Electra) e a admiração pelo que o Progenitor representa para a criança de segurança e afirmação. Esta atitude eliminativa contra o progenitor rival, que admira e ama, arriscando-se a perder o respectivo amor protector, surge como algo culpável. E imagina castigos e perigos iminentes, como a castração, etc. O super-ego, «imposto» razoavelmente pela atitude atenta e oportuna dos Pais, poderá proporcionar a passagem do princípio de prazer ao princípio da realidade, tornando-se definitivamente o progenitor do mesmo sexo, o modelo ideal definitivo. Esta imagem é interiorizada e acompanha a criança como modelo de permanente referência, dando um novo passo na aquisição e apuramento da consciência moral, referida a princípios que informam o comportamento dos Pais. E surgem imaginários conflitos entre a fidelidade aos modelos dos Pais e os apelos das pulsões. Assim se desenvolve um esquema de justiça, de tipo taleónico: a determinadas infidelidades e desobediências correspondem castigos equivalentes. E segundo a fragilidade emocional da criança e a aspeira dos Pais, define-se uma pessoal instância de culpabilidade mais ou menos densa. É assim que se interioriza, de forma sadia ou esmagadora, o super-ego.

7. Com a puberdade e a adolescência, surge a vontade de afirmação e independência relativamente aos modelos parentais e adopção de novos modelos éticos, recolhidos no meio social, especialmente das pessoas que admira, dando-lhes um cunho especial. E assim

se passa da consciência proibitiva e opressiva, adoptada laboriosamente na infância por via afectiva, para uma fase de ruptura e liberdade sem peias. Mas tudo isto é muito mais complexo e mais nuns casos que noutros; é que há momentos de hesitação, de abandono e de regressão, em busca de equilíbrio e de definição da personalidade. Frequentemente reedita-se, com novos dados, o conflito do super-ego parental, mas agora relativamente às leis sociais: desde as regras na Escola, leis de trânsito, aos comportamentos sociais do meio. Ou são assumidos e personalizados ou tenta a opção da oposição frontal; ou então, porque é frágil, refugiando-se na marginalidade, sob as formas mais diversas. Nesses ambientes sentem-se reconhecidos na respectiva diferença e ganham força de protesto sistemático, embora sejam vítimas da própria ilusão.

Resumindo: a primeira fase de comportamentos adoptados está ligada à experiência agradável, de prazer e utilidade. O que dá prazer e protege, é bom, o que faz sofrer é mau.

O estadió moral só existe quando há a percepção de valor, de algo que se justifica por si mesmo e que leva a uma opção de escolha, independentemente da perspectiva de prazer, embora reconhecendo que a opção sadia beneficia a própria personalidade e integra-a na comunidade social e religiosa.

8. Pelo que fica dito, poder-se-á concluir que o sentimento de culpa é anterior à formação assumida de consciência moral, que faz selectividade na acção judicativa do ego relativamente ao super-ego ou regras morais adoptadas e, por vezes, adoptadas num contexto familiar, social e religioso.

Por outro lado, este sentimento de culpabilidade infantil e respectiva angústia no relacionamento com os Pais, tende a permanecer como pano de fundo ao longo da evolução da consciência moral. E quanto mais imatura intelectual, afectiva, social e religiosamente for a pessoa, maior será a tendência a reviver, a recuperar a culpabilidade infantil não ultrapassada, não integrada, chegando, no limite, a situações patológicas.

Este tipo de culpabilidade, ou «comportamentos de reparação», representa um inconsciente processo de repôr a ordem, infligindo-se castigos compensadores e proporcionais às faltas cometidas, segundo a infantil lei de talião.

Este sentimento ou complexo de culpabilidade é a continuidade, ou pelo são vestígio da consciência moral infantil não integrada, não tendo ultrapassado as fases de mutação e superação. No caso limite desenvolve-se em neurose obsessiva, sob a forma de remorso, escrúpulo, delírios, etc.

Donde se segue que o sentimento de culpabilidade não é equivalente à bílica consciência de pecado. Aquela é doentia, esta é sadia.

9. São variadas as definições de pecado. As mais correctas coincidem em que se trata duma livre e indevida ruptura pessoal com Deus que, além de nos comunicar o ser, também nos ama; ou com os Irmãos, com quem deveríamos partilhar solidária e complementarmente a vida. Nesta desordem, fugindo duma correcta escala de valores, os pecados tomam formas e características diversificadas, consoante os aspectos mais negativos da vida das pessoas. Os cristãos percebem que Jesus Cristo revelou exaustivamente, por palavras, gestos e atitudes, que concluíram pela terrífica e infamante morte de cruz, como é que Deus nos ama e pretende que as pessoas sejam felizes, respondendo a esse amor proporcional e lealmente.

O pecado situa-se no íntimo do ser humano que, esclarecidamente, toma decisões pelo apetecer em vez do dever. Da consciência destas opções surge a consciência de inadequação responsável, de pecado; numa palavra, cada um sabe-se culpado de romper a sadia relação de amizade. Desta percepção é normal que surja tristeza e desgosto pela desorientação provocada. A apurada consciência da pessoa se pôr de fora, de rejeitar o projecto de salvação, leva à percepção dolorosa de ter ofendido o Autor da Amizade.

O sadio reconhecimento do mal causado, levará ao arrependimento, à decisão de renovar a ligação amiga, com vontade de fidelidade e, analogicamente, fazer reparação pela «afronta», pelos «danos» provocados, face à solícita e insistente atitude de Deus na pessoa de Jesus Cristo.

Esta «reparação», além de afectiva e, em certo sentido, proporcionalmente, satisfazer pelo mal desencadeado, tem um aspecto social de restaurar mazelas da comunidade que «sofre» com o mal que lhe introduzimos, sendo nosso dever proporcionar a nossa colaboração positiva, em todos os campos do agir humano. Claro que não se trata duma atitude «credor-devedor». Nós ficaríamos sempre esmagados pelo «deve» face ao «haver». É antes a adesão ao misterioso perdão oferecido e acolhido, com humilde confiança. Aqui há que situar-se no domínio da fé escorreita, esclarecida e coerente.

Todavia há que reconhecer analogias entre o sentimento de culpa da criança face aos Pais e a dos adultos relativamente ao Pai comum. E na nossa consciência de pecado deparamos com elementos da infância; no fundo, todo o mal é infidelidade ao Amor.

10. A autêntica consciência de culpa não é, em si mesma, uma atitude mórbida, como pretende certa Psiquiatria redutora de várias dimensões da humanidade. Na perspectiva cristã é uma forma de lucidez sobre as várias dimensões da vida humana e respectiva estrutura, enquadrada no mistério da revelação judeo-cristã. Como estamos entre o «já» e o «ainda-não» da trajectória da vida, tomamos consciência da distância que vai entre o ideal possível e o real conseguido. A cons-

ciência de pecado é pois uma atitude realista e faz parte duma dialéctica sadia, enquanto nos liberta de ilusões e do desespero egocêntrico e resulta duma autocrítica em que descobrimos os próprios limites e a qualidade de atenção a Deus presente às nossas vidas concretas, cfr, Rom. 12,2.

11. O reconhecimento dos próprios pecados e a confissão ou expressão dessa percepção, pela Fé, regressa à sadia relação com Deus e a Comunidade. E como é evidente, esta atitude implica uma real metanoia, uma conversão e adopção de critérios de verdade, fidelidade e amizade, pondo-se na perspectiva do Evangelho. A atitude sacramental inclui Penitente, Confessor, com confissão arrependida e decisão de mudança e absolvição, comunicação visível do perdão confiado à Igreja. A consciência alegre de perdoado, é mais que uma questão psíquica. Trata-se duma experiência de Vida em construção, com altos e baixos, mas na linha da realização.

BERNARDO DOMINGUES, OP

As influências na elaboração do Criacionismo

A Biblioteca de Leonardo Coimbra

(continuação do fasc. 2)

224. LEROY, OLIVIER, *La Lévitacion*, Paris, s.d., 350 pp. [Pouco sublinhado].
225. LÉVI, SYLVAIN, *L'Inde et le Monde*, 10 ed., Paris 1928, 175 pp. [Pouco sublinhado].
226. LEVINAS, E., *Théorie de l'Intuition dans la Phénoménologie de Husserl*, Paris 1930, 223 pp. [Assinado na capa. Bastante sublinhado e anotado].
227. LEVY, BRUHL, L., *La mentalité primitive*, Paris 1925, 537 pp. [Algo sublinhado e assinado na capa].
228. LIARD, LOUIS, *La Science positive et la Métaphysique*, Paris 1925, 485 pp. [Está assinado na capa. Pouco sublinhado].
229. LIELINSKI, TH., *La Sibyle*, Paris 1924, 127 pp. [Assinado na capa e com algumas anotações].
230. LODGE, OLIVIER, *Man and the Universe. (A study of the Influence of the Advance in Scientific Knowledge upon our understanding of the Christianity)*, London 1911, 284 pp. [Assinado na capa e algo sublinhado].
231. —, *Vie et matière*, Paris, 184 pp. [Muito pouco sublinhado].
232. LOEBEL, JOSEF, *Ayons confiance dans la Médecine. Le Passé et l'Avenir*, Paris 1935, 257 pp. [Assinado na capa. Contém algumas notas e sublinhados].
233. LOISY, ALFRÉD, *La Religion*, 4 ed., Paris 1924, 406 pp. [Está muito sublinhado e anotado].
234. LOT, FERDINAND, *La fin du monde antique et le début du Moyen Age*, Paris 1927, 513 pp. [Bastante sublinhado].
235. LOTI, PIERRE, *La Galilée*, Paris 1926 248 pp. [Está sublinhado, possivelmente, a maior parte pelo filho].
236. LOUIS, M., *Doctrines Religieuses des philosophes Grecs*, Paris 1909, 374 pp. [Muito sublinhado].
237. LOUKOMSKI, G.R., *Les Russes*, Paris 1929 74 pp. [Um pouco sublinhado].